

NOTAS ACERCA DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS NA TAREFA DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Jonatas Souza de Abreu (UFPE) - jonatas.souza.abreu@gmail.com

Fábio Mascarenhas Silva (UFPE) - fabiomascarenhas@yahoo.com.br

Resumo:

Com uma proposta de esclarecimento da concepção de intelectuais orgânicos e o papel destes na sociedade da aprendizagem dentro da ciência da informação, abordaremos as prerrogativas do bibliotecário em seu campo de trabalho, na perspectiva gramsciana do conceito de intelectual orgânico e da filosofia da práxis. Objetivamos problematizar a organização da informação na e protagonizar a participação de intelectuais orgânicos pensando nesse processo como elementos chave para disseminação da informação e desenvolvimento na modernidade. Propomos para este fim, caracterizar profissionais da informação como intelectuais orgânicos desenvolvedores de processos de organização da informação na web à partir de elementos constitutivos da sociedade da aprendizagem. Como resultados, caracterizamos esses intelectuais e confrontamo-los com suas profissões e demandas sociais atuais.

Palavras-chave: Gramsci. Intelectuais orgânicos. Bibliotecários. Organização da Informação. Sociedade do conhecimento.

Área temática: *Temática II: Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação*

NOTAS ACERCA DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS NA TAREFA DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

RESUMO

Com uma proposta de esclarecimento da concepção de intelectuais orgânicos e o papel destes na sociedade da aprendizagem dentro da ciência da informação, abordaremos as prerrogativas do bibliotecário em seu campo de trabalho, na perspectiva gramsciana do conceito de intelectual orgânico e da filosofia da práxis. Objetivamos problematizar a organização da informação na e protagonizar a participação de intelectuais orgânicos pensando nesse processo como elementos chave para disseminação da informação e desenvolvimento na modernidade. Propomos para este fim, caracterizar profissionais da informação como intelectuais orgânicos desenvolvedores de processos de organização da informação na web à partir de elementos constitutivos da sociedade da aprendizagem. Como resultados, caracterizamos esses intelectuais e confrontamos-os com suas profissões e demandas sociais atuais.

Palavras-chave: Gramsci. Intelectuais orgânicos. Bibliotecários. Organização da Informação. Sociedade do conhecimento.

Área temática: Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação

1 INTRODUÇÃO

No século XXI, com o surgimento dessa nova concepção propondo um contraponto e superação das fases de desenvolvimento econômico-social anteriores (sociedade da informação, do conhecimento), urge, destarte a necessidade do resgatar teórico, e possivelmente histórico e da figura do intelectual orgânico na composição social.

A proposta dessas notas é esclarecer a concepção de intelectuais orgânicos e entender o bibliotecário enquanto pensador de seu meio e nesse contexto, abordamos também as prerrogativas atuais da sociedade em relação a sua cadeia de desenvolvimento intelectual, a sociedade do conhecimento.

Nessa perspectiva, analisaremos as argumentações enunciadas por Antonio Gramsci, teórico marxista sardo, que trabalhou em suas obras, os Cadernos Do Cárcere, escritos durante a ditadura fascista da Itália das décadas de 1930 e 1940, desenvolvendo o aspecto marxista da concepção dos novos intelectuais na sociedade.

Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa fundamental, que embasa nossos argumentos em relação a tal assunto, em defesa do auto-reconhecimento, *status quo*, destes profissionais organizadores da informação em relação ao seu posicionamento

omo intelectuais engajados, não-alienado e portanto, cômnicos de seu papel na sociedade¹.

2 INTELLECTUAIS ORGÂNICOS: QUEM SÃO E O QUE FAZEM

Ao responder a pergunta sobre quem são esses intelectuais orgânicos, adentramos num campo teórico pouco abordado dentro da ciência da informação, ainda que predominante nas ciências sociais, o da “filosofia da práxis”. Com relação à palavra práxis, (que é a transcrição da palavra grega que significa ação), a terminologia marxista designa o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a *ação transformadora* que a revolução deve exercer sobre tais relações.

Marx dizia que é preciso explicar a formação das ideias a partir da *práxis material*, e que, por conseguinte, formas e produtos da consciência só podem ser eliminados por meio da “inversão prática das relações sociais existentes”, e não por meio da “crítica intelectual” (A ideologia alemã, 2; trad. it., p. 34). Portanto, a *filosofia da práxis* consiste em um construto onde o conjunto das ações humanas visam criar condições essenciais à existência da sociedade, e de forma particular, a atividade e material/produção (TARGINO, 1997).

Nesse sentido, extrapolamos o sentido sinonímico atribuído ao vocábulo “prática”, cujo sentido demanda algo estritamente utilitário (VAZQUES, 1990), onde as ações tem tom rotineiro e cotidiano, para o campo onde as ações passam a exercer um papel de construção empreendido pelo homem, ao mesmo tempo em que se autoconstrói, sendo este um processo de transformação contínuo e ininterrupto (TARGINO, 1997).

Cabe acertadamente mencionar este processo de práxis como *teleológico*, ou seja, possui um fim próprio, ou um objetivo elaborado de forma consciente pelo homem, que gozará plenitude somente ao alcance da objetivação do que foi pensado/imaginado/planejado pelo homem. Neste sentido, a práxis consolida-se como “atitude humana real, transformadora da natureza e da sociedade, em que há prefiguração ideal do resultado real, e portanto, possui caráter consciente/intencional” (TARGINO, 1997).

¹ Estas notas são dedicadas ao Profº Denis Bernardes (in Memoriam), do programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, que primeiro instigou em suas aulas o repensar da intelectualidade e mesmo a repensarmos a nós e a nosso mundo.

Todavia, no ver de Marx (apud VAZQUES, 1990), o processo de construção da práxis humana é sempre conflituoso, visto que nega esta realidade presente no plano ideal em prol da objetivação futura de uma realidade outra. Neste trajeto, pois, o trabalho humano enquanto atividade prática vai permitir o indivíduo efetivar tal transformação. (TARGINO, 1997). Mediante a práxis, o *homo sapiens sapiens* cria e transforma seu mundo humano e histórico e a si mesmo, o que o diferencia dos demais seres.

Na retomada do conceito de intelectual orgânico, ao procurarmos entender o mundo onde e como este conceito se desenvolve, somos obrigados a retomar o pensamento de Karl Marx, que primeiro desenvolveu a noção de um pensador social que pudesse não apenas atuar nas esferas da sociedade consideradas intelectuais, mas pudessem operar também como um ser, ao mesmo tempo em que cientista, crítico e revolucionário (MARX, apud SEMERARO, 2005). Nesse sentido, faz-se necessário a compreensão de que é nessa cadeia denominada superestrutura² em que as transformações de ordem filosófica da práxis podem e devem ocorrer.

A condição de atuação para esse novo intelectual não estaria, portanto, destinada a produção intelectual alienada às condições estruturais do meio em que se encontrava e, em certo sentido, imbuída de uma metafísica reducionista do meio, antes sim na construção complexa advinda em oposição à mentalidade estritamente tecnicista do positivismo e ao monismo metafísico-idealista, que dualizam os aspectos intrínsecos e a própria relação homem-natureza de forma abstrata (Martelli apud Semeraro, 2005, p. 30), e em favor da concepção da *organicidade* e *completude* de um pensamento integrador a partir do *modus vivendi* dos seres dentro da superestrutura.

O pensamento Marxista propunha uma análise da conjuntura social existente, ainda que propusesse ferramentas de ação para o sobrepujar da fase da economia analisada e criticadas; as concepções que Marx apresentou em relação às mudanças sociais foram retomadas por outros teóricos posteriormente, como Lênin e sua concepção de hegemonia e ditadura do proletariado e Antônio Gramsci, o marxista sardo, acerca da construção de uma intelectualidade popular, ou intelectualidade

² Termo empregado pelos marxistas para designar a ordenação política e jurídica, bem como as ideologias políticas, filosóficas, religiosas, etc, na medida em que dependem da estrutura econômica de dada fase da sociedade. Marx diz: "O conjunto de relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, ou seja, a base real sobre a qual se ergue a Superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida".

orgânica, ainda que não tenha composto uma definição exata do termo, a priori, (MARTINS, 2011) mas que formulou a concepção de intelectuais advindos das classes subalternas em contraposição aos intelectuais das classes dominantes, que possuem capacitações técnicas, políticas e culturais para dialogar com o novo mundo que surge. Estes novos intelectuais são “politicamente compromissados com o próprio grupo social para fazer e reescrever a história e, por isso, capazes de refletir sobre o entrelaçamento da produção material com a controvertida reprodução simbólica.” (SEMERARO, 2005).

De acordo com Martins (2011), Gramsci analisou a função que os intelectuais desempenharam na dinâmica da vida para definir a totalidade social em uma determinada conjuntura, tendo como referências disputas que as classes sociais promoviam entre si visando a formação de um bloco histórico. Segundo Gramsci, o conceito de intelectual não se define pelas tarefas desempenhadas classificadas entre “manuais” ou “não manuais”. Todos os homens são intelectuais à despeito de sua posição social corresponder ou não à tal função. Para ele,

O erro metodológico mais difundido [...] é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou proletário [...] não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais [...]. E já se observou que o empresário, pela sua própria função, deve possuir em certa medida algumas qualificações de caráter intelectual, embora sua figura social seja determinada não por elas, mas pelas relações sociais gerais que caracterizam efetivamente a posição do empresário na indústria. (GRAMSCI, 2000, p. 18)

Nesse contexto de *repensamento* de bases para o desenvolvimento social, viria a nascer a concepção de filosofia da práxis. E com ela, “novos intelectuais politicamente compromissados com o próprio grupo social para fazer e reescrever a história e, por isso, capazes de refletir sobre o entrelaçamento da produção material com a controvertida reprodução simbólica.” (SEMERARO, 2005).

Esse pensamento integrador, por sua vez, advindo dessa nova categoria de indivíduos, os chamados intelectuais orgânicos, seria o responsável por maiores modificações sociais a partir da compreensão de que as intervenções sociais não partiriam de alguém “de fora” mas “de dentro”, promovendo assim a transformação social e a reprodução da mesma (Beired, 1998).

Em contraposição aos modelos intelectuais existentes e analisados por Gramsci em seus *Quaderni*, de constituição cosmopolita e cindidos em relação às classes

subalternas, há a proposição de uma classe intelectual que, em síntese, venha a organizar a cultura e os homens e que possa articular o centro do aparelho estatal de poder com o restante do corpo social (Beired, 1998), apresentando uma ideologia fornecedora de consciência e homogeneidade às classes que representa, sendo concebidos, nesse ínterim, como os grandes responsáveis pelo nexo teoria-prática. De acordo com Beired (1998, p.128) numa análise do discurso de Gramsci sobre a natureza dessa classe engajada, a intelectualidade orgânica, “o intelectual moderno será aquele capaz de articular a sua especialidade profissional ao desenvolvimento de uma ação política e cultural hegemônica”.

Longe da cisão criticada pelo próprio Gramsci, de acordo com Martins (2011, p.135) o seu conceito de intelectual “advém da análise concreta da gênese e do desenvolvimento da dinâmica de funcionamento da formação econômica e social italiana no contexto europeu, suas contradições, seus limites e suas possibilidades”. Nesse Âmbito, ainda segundo Martins (ibid.), “é justamente por isso que ele pode servir como parâmetro epistemológico aos que pretendem compreender a função dos intelectuais na hodierna realidade brasileira e, ao mesmo tempo, como um guia à ação sociopolítica e educativo-cultural”.

Ainda de acordo com Gramsci,

[...] a relação “nacional” é o resultado de uma combinação “original” única [...], que deve ser compreendida e concebida nesta originalidade e unicidade se se quer dominá-la e dirigi-la. [...] o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é “nacional”, e é deste ponto de partida que se deve agir. (Gramsci, 2000, p. 314).

Nesse sentido, podemos observar claramente uma valorização do fazer intelectual como um fazer não dissociado da sociedade em que se desenvolve, bem como a validade da concepção *gramsciana* de intelectualidade para a sociedade brasileira atual, com todas as suas contradições, visto que é nela que se encontra o terreno preparado para o florescimento dessa nova estirpe de pensadores, não restritos somente aos círculos de pensamento tradicionais.

A originalidade da concepção de intelectual de Gramsci se deu porque pensou em cada ser humano como uma espécie de intelectual e nesse sentido, capaz de pensar os processos dos quais fazia parte no sistema social concebido como superestrutura. “Um erro bastante comum,” segundo Gramsci, “é o de crer que toda camada social elabora sua própria consciência, sua própria cultura da mesma maneira,

com os mesmos métodos, isto é, com os métodos dos intelectuais profissionais” (Gramsci, 1977, apud MARI, 200-?).

Oposição a esta ideia é a de consideração de que, ainda que haja um adestramento mecanicista de um trabalhador à moda Taylorista, ainda aí se pode encontrar o mínimo de atividade intelectual criadora e, portanto, partindo de tal postulado de intelectualidade universal, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais ainda que não exerçam a função de intelectuais na sociedade, como dito anteriormente.

A organicidade dos intelectuais de Gramsci se dá nesse contexto, onde cada pensador faz parte de um sistema novo e crescente; “intelectuais de tipo urbano [que] cresciam junto com a indústria e estavam ligados às suas vicissitudes” (GRAMSCI, 1975, apud SEMERARO, 2006, p.377), diferentemente dos intelectuais comuns, que se apresentavam como o “clero”, “os funcionários”, “a Casa militar”, “os acadêmicos” voltados a manter os camponeses atrelados a um status quo que não fazia mais sentido (GRAMSCI, 2000).

3 INTELLECTUAIS E A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO/APRENDIZAGEM: NOVO CONTEXTO DE ATUAÇÃO

No contexto de sociedade do conhecimento em cujos padrões submetemos a análise em curso, temos o delineamento de um perfil intelectual engajado na estética social da superestrutura vigente. Tal observação pode ser tomada a partir do contexto de disseminação da informação, processos de aquisição do conhecimento e também das demandas atuais em relação ao aprendizado na sociedade.

A ambiência atual propõe uma nova análise dos conceitos existentes de aprendizagem, que se encontram anacrônicos devido aos novos meios de aquisição de conhecimento. Vive-se em uma sociedade interligada em redes, cujo paradigma deixa de ser o da aquisição da informação pura para dar lugar aos processos de transformação dessa informação em conhecimento e por sua vez, no aprendizado gerador de competências (literacies).

Setzer (2001) compreende que dados constituem-se de símbolos sequenciáveis quantificados/quantificáveis com algum valor sintático; já a informação, segundo ele, é uma abstração informal significativa que ocorre na mente do indivíduo em relação a dados coletados, quando estes passam a comportar um elemento semântico e que pode ser representado por meio de dados; o conhecimento, por sua vez, trata-se de uma

abstração interior, portanto, de cunho pessoal, advindo, por exemplo, de alguma experiência de vida.

Diferentemente da sociedade da informação, a sociedade do conhecimento nasce sob um égide de promoção da politização e da cidadania através da disseminação do conhecimento, nesse sentido, como podemos perceber, ditam os novos modos de aquisição desse conhecimento, os novos espaços de aprendizagem, que não se restringem mais ao ambiente escolar formal, pelo fato de se inserirem em outro ambiente contextual, notadamente o das multimídias. Nesse ambiente de aquisição de predominam os valores simbólicos que prescrevem a atuação e valoração cultural que preceituam uma nova forma de aprendizagem emergente.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar sobre os “processos de aquisição desse conhecimento, uma vez que são as ferramentas mais poderosas para espalhar ou distribuir socialmente essas novas formas de gestão do conhecimento” e que podemos denominar ‘sociedade do conhecimento/da aprendizagem³’ (HEARGREAVES, 2003; POZO, 2004, p. 11-12). Portanto vemos que mais do que um conceito, um processo se desenvolve para a garantia da denominação desse novo estágio de compreensão da apreensão do conhecimento, que não necessariamente se configura como um novo campo, mas como estágio, mas como uma perspectiva de observação sistêmica, no sentido de que se não há uma contemplação sistêmica do aprendizado para geração do conhecimento, a informação somente será um conglomerado de dados agrupados por tipologia.

Ao notarmos a dotação do sistema de aprendizagem para geração do conhecimento e, por sua vez, transformação, é necessário que passemos pelo viés das redes de transmissão e mediação da informação presentes na atual configuração tempo-espacial, para isso retomamos o pensamento de Pozo (200-?) que afirma que além de estarmos em um tempo reconfigurado em relação aos aspectos econômicos da informação, precisamos estar atentos a essas novas características, pois

“[...] Conhecer as características que definem essas novas formas de aprender é não apenas um requisito para podermos adaptar-nos a elas, criando novos espaços instrucionais que respondam a essas demandas, como também uma exigência para podermos desenvolvê-las, aprofundá-las

³ A concepção e Sociedade da Aprendizagem nasce adjacente a própria concepção de Sociedade do Conhecimento, de acordo com Hargreaves (2003). Partindo deste ponto, entendemos que uma visão não subsiste sem a outra, de modo que a Sociedade do Conhecimento sedimenta-se sobre as relações estabelecidas no conceito de aprender a aprender.

e, em última análise, através delas, ajudar a transformar essa sociedade do conhecimento, da qual supostamente fazemos parte. (POZO, 200-?, p.3).

Discutir a ação da escola diante desse redimensionamento se faz necessário por vários motivos, mas dois se tornam basais para a discussão proposta nesse texto, que é o reconhecimento da massa intelectual orgânica dentro dos processos de organização da informação na internet. O primeiro motivo é que essa nova forma de transmissão de informação via meios digitais, retirou da escola o pressuposto dogmático primevo de que é nela que se pode formar o saber do indivíduo, o que demanda, portanto, um redimensionamento conjunto dos papéis da escola e do professor no processo de aprendizagem; segundo, o fato de termos um grande volume de informação transmitida em rede não é de todo benéfico, pois informação sem tratamento e sem correta mediação em nada contribui para desenvolvimento econômico-social. Informação sem perspectiva de tratamento não passa de dados agrupados.

A partir desses dois postulados, desenvolvemos a tese de que a intelectuais formados em ambientes de organização da informação são os elementos necessários tanto para corrigir problemas referentes a organização da informação em meio virtual em si, quanto para auxiliar no processo de desenvolvimento e reflexão crítica no contexto de sociedade da aprendizagem.

Por processos de desenvolvimento destacamos os paradigmas de participação política, reflexão crítica do sistema econômico bem como do conhecimento e desenvolvimento constante de ferramentais para a ampliação de oportunidades econômico-sociais (leia-se desenvolvimento econômico-social) nesse novo “status” da sociedade atual.

Contudo, analisando os pressupostos, objetivos e demandas da Sociedade da Aprendizagem, podemos observar alguns descompassos e mesmo, contradições, partindo ainda do pressuposto considerado por Hargreaves (ibid.) de que sociedade da aprendizagem e sociedade do conhecimento são a mesma coisa, ou tem uma relação imbricada.

A primeira destas contradições que podemos perceber situa-se no que diz respeito a como se constrói o conhecimento. Conforme Duarte (2008, p.9), dentro do contexto do aprender a aprender “são mais desejáveis as aprendizagens que o indivíduo realiza por si mesmo, nas quais está ausente a transmissão, por outros indivíduos, de conhecimentos e experiências”.

Se partirmos da perspectiva de que o conhecimento pode ser adquirido de forma

isolada, solitária, em últimas consequências desprezamos a necessidade da figura do professor/facilitador em prol das ferramentas que levem o educando à auto-informação. Ainda, de acordo com Duarte (2008, p.11),

as pedagogias do “aprender a aprender” estabelecem uma hierarquia valorativa, na qual aprender sozinho situa-se em um nível mais elevado que o da aprendizagem resultante da transmissão de conhecimentos por alguém. Ao contrário desse princípio valorativo, entendo ser possível postular uma educação que fomente a autonomia intelectual e moral por meio da transmissão das formas mais elevadas e desenvolvidas do conhecimento socialmente existente.

Neste sentido, passamos não a uma pedagogia geradora de autonomia, mas de individualismo por parte do aprendente. Mesmo porquê, o contexto em que surge o conceito de autonomia dentro da pedagogia (remetemos diretamente ao princípio freireano), remete não ao fim do facilitador, mas o início e o desvelo de uma busca conjunta pela emancipação pessoal, política e social através da educação, objetivo este que não é atingido de forma isolada.

Uma outra contradição que se pode perceber, diz respeito à quem interessa realmente o aprendizado contínuo.

Nota-se uma sensível mudança de foco em relação à função da informação; esta deixa de se concentrar na indústria, ou nos problemas de produção desta para “focar no estudante, nos seus problemas de aprendizagem” (Op. Cit., p. 15), o que representa uma significativa mudança na missão das universidades, um ensino centrado nas exigências dos estudantes bem como de políticas de pesquisa que “buscam colaboração com a indústria” (Id. Ibid.).

Justamente neste ponto observamos contradição lógica, dado fato que esta revolução informacional, da ordem do conhecimento ou aprendizagem traz em sua infraestrutura o germe não somente da competitividade, como também da desigualdade ao acesso à informação, contexto este em que se caracteriza como “vencedor” aquele que tem maior domínio de fontes de informação.

Sobre isto, Duarte afirma que

O autor [Fonseca, 2003, p.307] não deixa qualquer dúvida nessa passagem quanto ao fato do “aprender a aprender” ser apresentado como uma arma na competição por postos de trabalho, na luta contra o desemprego. O “aprender a aprender” aparece assim na sua forma mais crua, mostrando seu verdadeiro núcleo fundamental: trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação, nos indivíduos, da disposição para uma constante e infatigável adaptação à sociedade regida pelo capital. (DUARTE, 2008, p. 12 - grifo nosso).

Neste sentido, as estruturas geradas para atender às demandas de educação do

individuo e da sociedade como um todo são seriamente comprometidas pelos interesses econômicos vigentes, de modo que a formação do discente já não se pauta na necessidade do desenvolvimento de uma sociedade igualitária e de livre acesso à meios de informação (DUARTE, 2008); de forma contrária, naturalmente criam-se estruturas tecnológicas que possibilitam distanciamento cultural e ideológico entre candidatos à sociedade do conhecimento tal, que a geração de um contexto de alienação passa a se constituir em estágio procedente.

Tal alienação não se pauta somente na *negação* de acesso à informação, visto que a educação para a utilização da informação encontrada nos diversos meios é fator primordial na compreensão fenomênica da sociedade da aprendizagem, onde finalmente o acesso à informação certa é que vai possibilitar ou não capacitação para empregabilidade.

Pode-se perceber, portanto, que o interesse do aprendizado contínuo se encontra, em um grau primário, no sistema de exploração da informação e do conhecimento pela indústria, pondo em cheque possíveis teoria de desenvolvimento social a partir das “revoluções” informacionais.

A própria necessidade de manipular (no sentido de utilizar) melhor a informação, descreve um cenário onde a formação e o treinamento deverá ser estimulado constantemente entre todos os usuários “a fim de garantir que estejam equipados com todos os conhecimentos e habilidades necessárias para usufruir os benefícios da era da informação” (grifo nosso) (BRASIL, 1999, p. 152).

Entraria aí uma das funções da Biblioteca Digital, de forma generalizada, segundo os autores, onde elas assumem o papel de educadores ministrando cursos de capacitação em informação.

Corroborando a proposição supra, Tammaro e Salarelli (2008, p. 153) afirmam que

Numa sociedade da aprendizagem, é preciso que as organizações, as comunidades e os cidadãos saibam aceitar a sua própria responsabilidade de saber usar a informação como um recurso. [...] As organizações que sabem usar e criar conhecimento são aquelas que, por conseguinte, sabem competir na arena do mercado globalizado. Essas organizações e comunidades devem estar aptas a resolver os problemas de forma metódica, experimentar novos enfoques, aprender com a sua própria experiência, aprender com a própria experiência e com as boas práticas dos outros, transferir rapidamente e com eficiência o conhecimento adquirido.

À guisa de contextualização da matéria, é necessário perceber que o contexto brasileiro é deveras diverso e adverso, e que dadas as suas heterogeneidades, no campo social, econômico e cultural, constata-se, na verdade, que ainda que a grande

massa tenha acesso a informação, faz-se necessário educá-la, para que possam bem aproveitar os recursos informacionais que a ela estão disponíveis e assim, iniciarem a possibilidade do processo de emancipação política (HAMELINK; OWENS, 1976, p.27 apud DUDZIAK, 2003, p.24).

Emancipação esta que tenha em conta as ilusões propagadas pelo sistema econômico vigente e possa refletir criticamente à partir desse espectro, qual seria a função ideológica da crença ingênua na sociedade do conhecimento. No entender de Duarte (2008) a função da propagação da crença “cega” na sociedade do conhecimento, bem como da aprendizagem, seria de enfraquecer críticas radicais que possam ser feitas ao liberalismo ou neoliberalismo, que possa resultar numa superação radical do sistema capitalista, causando nos espectadores uma impressão de que há maiores e mais atuais questões a serem analisadas, como ética política, defesa dos direitos humanos, defesa do meio-ambiente, entre outras.

Tal emancipação não se põe aos pressupostos da competitividade propostos pela Sociedade do Conhecimento ou da Aprendizagem, mesmo porque a subversão desta ordem deve ser acompanhada, de forma primeva, por uma educação crítica que saiba entender a sociedade e seus rumos.

Nessa compreensão, inferimos que, à despeito da importância econômica da tecnologia para o desenvolvimento econômico em uma rede de dados interligada mundialmente, o (bom) uso à ser feito da tecnologia disponível é que pode levar em termos reais, ao desenvolvimento do Estado.

Ainda neste raciocínio, dentro dos parâmetros dessa educação para apropriação legítima da informação para o desenvolvimento local, há que se ressaltar a necessidade do desenvolvimento do pensamento crítico na formação do indivíduo, para que, enquanto cidadão, possa ele ratificar ou retificar as informações que recebe, passando à ação emancipatória da qual necessita para exercitar com eficácia a sua liberdade.

Nesse sentido, uma nova cultura econômica deve ser precedida por uma nova cultura de aprendizagem, onde “as pessoas [...] aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela”. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, p.1 apud DUDZIAK, 2003, p.4). Em suma, a formação de intelectuais orgânicos, na perspectiva gramsciana poderia se configurar numa solução para este problema.

Segundo Duarte (2008, p.13):

Quando educadores e psicólogos apresentam o “aprender a aprender” como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista.

Ainda conforme o autor,

O capitalismo do final do século XX e início do século XXI passa por mudanças e que podemos sim considerar que estejamos vivendo uma nova fase do capitalismo. Mas isso não significa que a essência da sociedade capitalista tenha se alterado ou que estejamos vivendo uma sociedade radicalmente nova, que pudesse ser chamada de sociedade do conhecimento. A assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo.

No contexto Brasileiro, as diversas heterogeneidades assumem papel importante na compreensão da Sociedade da Informação e da implantação da Sociedade do Conhecimento/Aprendizagem. Heterogeneidades estas que não se restringem às diferenças culturais das regiões brasileiras, mas que tangem a esfera econômica e social, estas de forma peremptória.

4 INTELLECTUAIS ORGÂNICOS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Ao mencionarmos o vocábulo “organização social”, voltamos ao mundo gramsciano da formação dos intelectuais orgânicos. Para ele, a situação de homogenia criada pelo contexto de organização social, é advinda através da formação de intelectuais comprometidos com a realidade local.

Neste sentido, ao analisarmos o bibliotecário enquanto um intelectual orgânico, bem como seu trabalho como instrumento de ação transformadora, observamos que, no que diz respeito às suas competências de organizador de informações, deve ele estar apto à satisfazer a demanda de informação dos indivíduos de modo à diminuir ou mesmo extinguir a divisão subalterna de classes, provocando a formação de uma hegemonia. Entretanto, segundo Targino, o bibliotecário tem superestimado as habilidades com tecnologias de informação e comunicação e as tem transumanado, enquanto reificam o indivíduo. Segundo a autora:

a Biblioteconomia continua marcada por um tecnicismo exacerbado. A técnica é mitificada e mistificada em prol de um pseudo progresso da área. Detém-se mais na forma do que no conteúdo, mais na aparência do que na essência. Privilegia o processamento técnico ao lado do gerenciamento dos serviços informacionais e do uso de novas tecnologias em detrimento do

seu relacionamento com a realidade social, política e econômica, pautado pela consciência de que a informação, como bem social, pode concorrer para a melhoria de povos e nações. (TARGINO, 1997, p. 31)

Complementa ainda:

Então, o que compete à Biblioteconomia? Desprender-se de suas tendências fortemente tecnicistas, e sem negar a otimização dos sistemas de informação resultante do emprego das novas tecnologias de informação e de comunicação, revelar a função social da biblioteca. Para tanto, é urgente sobrepor a idéia da biblioteca como instituição estática para assimilar que, na modernidade, é ela um centro organizado de informações a serviço de todos. (TARGINO, 1997, p. 31)

É o que é expresso nas diferenciações entre um tipo comum de intelectual, e outro, o intelectual orgânico. O primeiro tipo, conhecido por seus representantes (os filósofos, os clérigos, artistas, literatos e etc.) se põe à parte das atitudes que os uniria aos processos pelos quais passam a sociedade em que se encontram; já o segundo tipo, de acordo com Mari (200-?, p.3), gira em torno do profissional que “está ligado ao trabalho industrial, que supera o espírito abstrato, mas mistura-se constantemente na vida prática, como construtor , organizador, superando a relação técnica-trabalho para chegar à técnica- ciência e torna-se especialista e dirigente”.

Sobre esse tipo, podemos ir mais longe e pormos na casta que se forma de intelectuais tradicionais em nossa época, os militares e os professores universitários, por exemplo; ainda de acordo com Mari (op. Cit.), enquanto os intelectuais comuns se postam a serviço das classes dominantes (políticas principalmente) servindo como “caixeiros” de seus interesses, os intelectuais orgânicos teriam a função de unificar conceitos em favor da formação de uma nova cultura que não se reduza somente a formação de uma “vontade coletiva” capaz de adquirir poder do Estado, mas que se amplie em busca de novas concepções de mundo e comportamento. Nesse sentido, temos como importante as influencias que têm na sociedade como um todo, instituições como sindicatos, igrejas, jornais, família, para concretização de tais objetivos de uma nova ordem moral e cultural.

Em moldes práticos, “é preciso que o bibliotecário se conscientize de que é ou pode ser catalisador e difusor do conhecimento dentro da comunidade em que está integrado. Advém daí seu potencial político como ator social, reiterando a *Filosofia da Práxis*” (TARGINO,1997, p. 31)

A organização da informação precede a reorganização social, no sentido lato, o que quer dizer, a informação organizada é insumo para a conscientização e politização da sociedade por meio de veículos influentes na sociedade.

Nesse sentido, a contemplação da informação como um bem necessário e inerente a todos, faz com que este intelectual orgânico consiga desfazer o mito da informação gratuita, mesmo porque a produção da informação envolve custos (TARGINO, 1997, p.31). Nesse momento histórico, onde a própria informação é elemento ímpar para distar pessoas e instanciar-las em classes, o bibliotecário necessita assumir-se enquanto agente social, assumindo um compromisso com a sociedade. Entretanto, tal compromisso só se pode firmar através da efetiva interiorização do processo de reflexão-ação-reflexão (Id., Ibid.).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao focarmos, num exemplo prático, a nova representação intelectual para Gramsci, temos que o tipo comum de dirigente político preparado para atividades de cunho jurídico-formal é anacrônico, e que na verdade a interação intelectual deveria ocorrer (e pode ocorrer com mais fluidez na sociedade do conhecimento) nos seguintes termos de “o dirigente deve ter aquele mínimo de cultura geral que lhe permita se não criar autonomamente a solução justa, pelo menos saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas e, conseqüentemente, escolher a que seja justa do ponto de vista “sintético” da técnica política.” (GRAMSCI, 1932, p.35).

Sob essa égide, cabe ressaltar que a interpretação da concepção de intelectuais que Gramsci propunha, estava atrelada, de fato, a ocupação de postos de trabalho em que se encontravam estes intelectuais e a partir daí, classificações para os mesmos (urbanos, industriais, rurais, burocráticos, acadêmicos, técnicos, profissionais, pequenos, intermediários, grandes, coletivos, democráticos etc.).

Nesse sentido, a questão a que tentamos responder nesse trabalho pode ser concebida da seguinte maneira: Quem são os intelectuais orgânicos que estão habilitados a organizar as informações no espaço web à fim de atender às demandas da sociedade da aprendizagem do séc.XXI? Ora, se o fazer profissional está diretamente atrelado ao desenvolvimento de capacidades intelectuais orgânicas, a organização da informação no espaço web para fins de educação e desenvolvimento social, deve ser vista [e revista] a partir da ótica do surgimento e da percepção do agente intelectual de

capacitações múltiplas em sua área de atuação, que é a figura do intelectual orgânico, defendida por Marx e Gramsci.

Nessa perspectiva, abrimos o leque das possibilidades nomeando para a concepção de intelectual orgânico o organizador de informações, profissional bibliotecário, arquivista ou mesmo museólogo, que a partir de seus conhecimentos e possibilidades, pode interagir com a sociedade transformando-a e desenvolvendo-a hegemonicamente.

REFERÊNCIAS

GOMES, Maria Nélida G. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, jan./abril 2004.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In.: **Cadernos do cárcere: Os Intelectuais. O Princípio Educativo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Jornalismo. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000. Vol.2.

MARI, Cezar Luiz de. **O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci: uma perspectiva de emancipação humana**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/cezarluizdemari.rtf>. Acesso em: 02 dez. 2010.

POZO, Juan Ignacio. **A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento**. Disponível em: <http://www.diretoriabarretos.pro.br/patio_online2>. Acesso em 20 Nov. 2010.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo. **Revista Brasileira de Educação**. [online]. 2005, n.29, pp. 28-39. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a03.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2010.

__. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cad. CEDES** [online]. 2006, vol.26, n.70, pp. 373-391. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>>. Acesso em 28 Nov. 2010.

SETZER, Waldemar. **Dado, informação, conhecimento e competência**. Disponível em : <www.ime.usp.br/~vwsetzer>. Acesso em: 24 set. 2009.

TARGINO, Maria das Graças. Práxis bibliotecária. **Informação e sociedade: estudos**, João Pessoa, v.7, n.1, p.26-33, jan/dez. 1997

MARTINS, Marcos F. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 131-148, set./dez. 2011

VÁZQUES, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.